

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.318.864 - ES (2018/0162351-3)

AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ajuizou ação civil pública contra a UNIÃO e o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, objetivando a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais coletivos, em razão de falhas na atuação da Polícia Federal e do próprio IBAMA na operação denominada “Rosa dos Ventos II”, que teve como escopo promover ação de repressão ao cativeiro ilegal de animais silvestres, na qual foi oportunizada à população a entrega espontânea de animais.

O Tribunal de Justiça Estadual deu provimento ao recurso de apelação do *Parquet* Federal, réus, reformando a decisão monocrática de improcedência da ação (fls. 1.547-1.555), nos termos da seguinte ementa (fl. 1.658):

REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. MORTANDADE DE ANIMAIS EM OPERAÇÃO PROMOVIDA PELOS RÉUS. PROVIMENTO.

1. Trata-se de remessa necessária e apelação cível interposta pelo Ministério Público Federal contra sentença que julgou improcedente o pedido. Pretendia o autor, em ação civil pública, a condenação da União Federal e do IBAMA ao pagamento de reparação por dano moral coletivo, em razão de falha na operação “Rosa dos Ventos II”, que culminou na morte de grande número de animais silvestres no ano de 2005.

2. Conferindo-se os dados constantes das tabelas fornecidas pelo CEREIAS, ou seja, os dados dos animais recebidos no órgão e o número de óbitos, fica patente o assustador aumento de mortandade no mês seguinte ao da operação (julho/2005).

3. A capacidade máxima do CEREIAS seria de 2.150 (dois mil, cento e cinquenta) animais, ao passo que a capacidade adequada de acomodação seria de 1.500 (mil e quinhentos). Veja-se ainda que o número de animais alojados no final de maio (antes, portanto, do início da operação) era de 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) animais, ou seja, antes mesmo do início da operação o CEREIAS já se encontrava com a capacidade ideal quase totalmente preenchida. Tal fato demonstra, por si só, a total falta de planejamento da operação, pois os réus sequer se informaram se o Centro poderia ou não receber mais animais além dos que já se encontravam alojados.

4. É inaceitável que ambos os réus não tenham demonstrado o mínimo de preocupação com a saúde e o futuro dos animais apreendidos, como se deu no caso em apreço.

Superior Tribunal de Justiça

5. A superlotação foi um fator agravante da mortandade, configurando a culpa dos réus. A superlotação aumentou a contaminação de um animal para o outro, o que foi admitido pelo IBAMA.

6. A culpa restou demonstrada nos autos, pela ausência de planejamento da operação, conduta que seria esperada dos réus, que agiram, portanto, com total negligência em relação à sorte dos animais entregues na Operação Rosa dos Ventos.

7. Restou caracterizado o dano coletivo, na medida em que a morte dos animais agrediu a fauna local, causando grande comoção na coletividade, a qual se sentiu desamparada, na medida em que, entregando seus animais de estimação ao Poder Público, soube mais tarde que estes morreram.

8. Os crimes contra a fauna são incluídos no conceito de dano ambiental, o qual se inclui em uma das categorias de dano moral coletivo.

Opostos embargos de declaração por ambos os réus, foram eles rejeitados (fls. 1.719-1.727).

IBAMA interpôs recurso especial, com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, no qual aponta violação do art. 1.022, I e II, do CPC de 2015, porquanto, em síntese, o aresto vergastado restou contraditório pois entendeu pela responsabilização civil subjetiva da autarquia ambiental, entretanto, na hipótese dos autos não há comprovação da existência de uma relação de causa e efeito entre o dano e ação ou omissão do recorrente IBAMA.

Aponta, ainda, omissão do acórdão recorrido pelo não enfrentamento da tese de que a manutenção de animais silvestres em cativeiros ilegais constitui crime ambiental, devendo as autoridades competentes combater tal infração, o que foi realizado com a operação “Rosa dos Ventos II”, tendo a Polícia Federal agido em razão do exercício regular do direito, e o IBAMA apenas auxiliado nas diligências de captura de animais e pessoas durante a operação.

União também interpôs recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, alegando contrariedade aos arts. 1.022, II, e 489, § 1º e seu inciso III, do CPC de 2015, em razão de o Tribunal *a quo* quedar-se silente a respeito da tese de inexigibilidade de conduta diversa por parte dos agentes da Polícia Federal que deram apoio à operação de repressão ao comércio ilegal de animais silvestres, bem assim à sua atuação em estrito cumprimento do dever legal, conforme as normas legais vigentes, pelo que, ainda, sem fundamento o *decisum* recorrido.

Aduz, por fim, violação do art. 25, § 1º, da Lei n. 9.605/1998, e dos arts. 186, 188 e 927 do Código Civil, visto que, em suma, da legalidade e regularidade da ação dos policiais federais na operação “Rosa dos Ventos II”, praticada no exercício regular, pelo que não há que se falar em reparação de

Superior Tribunal de Justiça

dano.

Ofertadas contrarrazões às fls. 1.778-1.786 e 1.788-1.826, os recursos especiais tiveram o seguimento negado pelo Tribunal *a quo* (1.862-1.865 e 1.866-1.870), tendo sido interpostos os presentes agravos.

É o relatório. Decido.

Considerando que os agravantes impugnaram a fundamentação apresentada nas decisões agravadas, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade dos agravos, passo ao exame dos recursos especiais.

Constatada a similaridade das razões e fundamentações apresentadas pelos recorrentes, os recursos especiais serão analisados de forma conjunta.

No que trata da apontada violação dos arts. 1.022, I e II, e 489, § 1º e seu inciso III, do CPC/2015, sem razão os recorrentes o esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão.

Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação dos embargantes diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese *sub judice* e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1.022 do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. HIPÓTESE EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FOI CONDENADA EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO, FIXADOS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, SEM DEIXAR DELINEADAS

Superior Tribunal de Justiça

CONCRETAMENTE, NO ACÓRDÃO RECORRIDO, AS CIRCUNSTÂNCIAS A QUE SE REFEREM AS ALÍNEAS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC/73. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, EM FACE DA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 389/STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Não há falar, na hipótese, em violação aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

[...]

IX. Agravo interno improvido (AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017).

ADMINISTRATIVO. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. ALEGAÇÃO DE APOSSAMENTO ADMINISTRATIVO. PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DE DANOS MORAIS. DIREITO DE CULTO AOS MORTOS. VIOLAÇÃO A DIREITO DA PERSONALIDADE. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA. AUTONOMIA DA PESSOA JURÍDICA. DISTINÇÃO DA PESSOA DOS SÓCIOS. INTRANSMISSIBILIDADE DO DIREITO. CARÊNCIA DE LEGITIMIDADE PARA A CAUSA.

1. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão de uma das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015. Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. A regra que veda o comportamento contraditório ("venire contra factum proprio") aplica-se a todos os sujeitos processuais, inclusive os imparciais. Não é aceitável o indeferimento de instrução probatória e sucessivamente a rejeição da pretensão por falta de prova.

3. A pessoa jurídica não tem legitimidade para demandar a pretensão de reparação por danos morais decorrentes de aventada ofensa ao direito de culto aos antepassados e de respeito ao sentimento religioso em favor dos seus sócios.

4. Trata-se de direito da personalidade e, portanto, intransmissível, daí por que incabível a dedução em nome próprio de pretensão reparatória de danos morais alheios.

5. Recurso especial não provido (REsp 1649296/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2017, DJe 14/09/2017).

No que concerne à alegada violação do art. 25, § 1º, da Lei n. 9.605/98, e dos arts. 186, 188 e 927 do CC, o Tribunal *a quo*, na fundamentação do *decisum*, assim firmou entendimento (fls.1.650-1.652):

[...]

7. Aumento do percentual de mortes.

Apesar do alegado pelos réus, conferindo-se os dados constantes das tabelas de fls. 173/175, fornecidas pelo CEREIAS, ou seja, os dados dos animais recebidos no órgão e o número de óbitos, fica patente o assustador aumento de mortandade no mês seguinte ao da operação (julho/2005).

De 1994 a 2004, a porcentagem média de óbitos foi de 16% (dezesesseis por cento), sendo que o ano com a maior taxa, até então, foi o de 2002, com 18% (dezoito por cento). Em 2005, entretanto, esta porcentagem sobe para 30% (trinta por cento).

Examinando-se o ano de 2005 mês a mês, o aumento é ainda mais gritante. Em junho de 2005 deram entrada no Centro 2.001 (dois mil e uma) aves, com percentual de óbito de 20% (vinte por cento).

No mês seguinte, julho de 2005, este percentual sobe para a absurda cifra de 124% (cento e vinte e quatro por cento).

Ainda que se avaliem os meses de junho e julho de 2005 em conjunto (já que as aves que TRF2 entraram em junho faleceram em julho), temos uma taxa de 35% (trinta e cinco por cento) de óbitos, número muito acima da média dos outros meses.

8. Prorrogação do prazo da operação.

Não há provas de que a operação foi prorrogada pela Polícia Federal ou pelo IBAMA. Tudo que o MPF traz são recortes de jornal ou notícias veiculadas pela Internet, sem qualquer valor probatório.

Ainda assim, conforme se verá adiante, este fato não exime os réus de culpa, tendo em vista que o CEREIAS, antes mesmo do início da operação, já se encontrava com a capacidade de acomodação quase totalmente preenchida.

9. Capacidade de acomodação do CEREIAS.

Conforme ofício de fls. 149/150, assinado pelo responsável técnico do CEREIAS, a capacidade máxima do referido Centro seria de 2.150 (dois mil cento e cinquenta) animais, ao passo que a capacidade adequada de acomodação seria de 1.500 (mil e quinhentos). Veja-se ainda que o número de animais alojados no final de maio (antes, portanto, do início da operação) era de 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) animais, ou seja, antes mesmo do início da operação o CEREIAS já se encontrava com a capacidade ideal quase totalmente preenchida. Tal fato demonstra, por si só, a total falta de planejamento da operação, pois os réus sequer se informaram se o Centro poderia ou não receber mais animais além dos que já se encontravam alojados.

Os demais documentos que atestariam que a capacidade máxima do Centro seria de 2.500 (dois mil e quinhentos) animais não passam de matérias jornalísticas, sem, portanto, qualquer valor probatório, ainda mais contra a afirmação do próprio CEREIAS.

10. Previsibilidade do número de animais entregues.

Ainda que a operação anterior não tenha tido uma entrega considerável de animais, deveriam os órgãos responsáveis pela operação se preparar para o recebimento de um número maior de animais, especialmente quando se verifica que o CEREIAS já tinha um número grande de animais abrigados, antes mesmo do início da operação - 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) animais, conforme visto no item acima. Para isto existe o IBAMA - para, entre outras atividades, proteger a fauna nacional. Deveria, portanto, ter fiscalizado, antecipadamente, as condições do CEREIAS.

É inaceitável que ambos os réus não tenham demonstrado o mínimo de preocupação com a saúde e o futuro dos animais apreendidos, como se deu no caso em apreço.

11. Ausência de planejamento.

Superior Tribunal de Justiça

De fato, o planejamento da operação, por parte dos órgãos envolvidos, não foi suficiente para evitar o desastroso resultado da mesma. Veja-se que o suposto planejamento indicado pelo juiz na sentença foi feito após a operação, para se apurar a mortandade dos animais (fls. 391/395).

12. Soltura dos animais.

A alegação de que a soltura dos animais teria sido dificultada pelo IBAMA, que passou a exigir sua autorização para tal, foi justificada pelo órgão às fls. 124/126. Aduz o IBAMA que os animais não poderiam ser soltos na natureza indiscriminadamente, pois, se estavam morrendo, as mortes seriam oriundas de enfermidades, sendo que sua soltura poderia disseminar estas enfermidades no ambiente externo, o que poderia ser catastrófico.

Entretanto, ao justificar tal comportamento, o próprio IBAMA admite que a grande mortandade ocorrida no CEREIAS, decorrente das doenças, foi agravada devido à superlotação, a qual provocou uma "disseminação rápida destas enfermidades".

Patente, mais uma vez, que a superlotação foi um fator agravante da mortandade, configurando a culpa dos réus. A superlotação aumentou a contaminação de um animal para o outro, o que foi admitido pelo IBAMA, conforme dito acima e constatado pela zootecnista do CEREIAS, às fls. 241/243 do anexo.

13. Conduta omissiva - responsabilidade subjetiva.

É certo, ainda, que em se tratando de conduta omissiva da Administração, aplica-se a teoria da responsabilidade subjetiva, a qual demanda a demonstração inequívoca de dolo ou culpa. Neste sentido, o seguinte precedente do STJ:

[...]

A meu ver, a culpa restou demonstrada nos autos, pela ausência de planejamento da operação, conduta que seria esperada dos réus, que agiram, portanto, com total negligência em relação à sorte dos animais entregues na Operação Rosa dos Ventos

[...]

Consoante se verifica dos excertos reproduzidos do aresto vergastado, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o principal fundamento apresentado naquele julgado, acerca da falta de planejamento da ação de entrega voluntária dos animais, uma vez que, ainda no início da operação, o Centro de Reintrodução de Animais Selvagens - CEREIAS já se encontrava com a capacidade ideal de acomodação de animais quase que totalmente preenchida, fato negligenciado pelos recorrentes, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Ademais, mesmo que superado os óbices sumulares 283/STF e 284/STF, para refutar a conclusão a que chegou o Tribunal *a quo*, de responsabilização dos recorrentes pela mortandade de animais muito acima da média normal, seria necessário reexaminar todo o acervo fático-probatório já analisado, procedimento impossível pela via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ, que assim dispõe: “*A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*”.

A esse respeito, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DESTRUIÇÃO TOTAL DAS ÁRVORES CÍTRICAS. ALEGADA OFENSA AO ART. 160, I, DO CC/1916. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADO NAS RAZÕES DO APELO NOBRE. SÚMULA 283/STF. DEVER DE INDENIZAR RECONHECIDO PELO TRIBUNAL A QUO. REVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Ordinária ajuizada pela parte ora recorrida, contra a União e a Fazenda do Estado de São Paulo, objetivando a condenação dos entes públicos a indenizar por danos materiais, emergentes e lucros cessantes, em face da eliminação e destruição de pés de frutas cítricas de sua propriedade, onde foram detectados focos da doença cancro cítrico.

2. A apontada ofensa ao art. 160, I, do CC/1916 não foi apreciada pelo acórdão recorrido; tampouco se opuseram Embargos de Declaração para suprir a alegada omissão. Dessa forma, não se observou o requisito do prequestionamento quanto ao ponto. Incidência, por analogia, da Súmula 282/STF.

3. Outrossim, considerando que nem todos os fundamentos do acórdão recorrido foram objeto de impugnação específica nas razões do Recurso Especial, é imperiosa a incidência do óbice da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal.

4. Ainda que assim não fosse, a decisão recorrida foi proferida com base nas provas dos autos, o que importa dizer que, para infirmar as conclusões do Tribunal a quo, acatando os argumentos da recorrente, necessário seria ao Superior Tribunal de Justiça reexaminar o conjunto fático-probatório no qual a decisão foi embasada, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no REsp 1.478.999/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 20/2/2015; AgRg no AREsp 269.011/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 8/9/2014; AgRg no AREsp 288.004/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/04/2013, DJe 24/04/2013.

5. Recurso Especial não conhecido (REsp 1476986 / SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 06/12/2018, DJe 19/03/2019).

Superior Tribunal de Justiça

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LEGITIMIDADE PASSIVA. SÚMULAS 7 E 126 DO STJ.

1. Apesar de sustentar que não há possibilidade jurídica do pedido na ação que visa à reparação por danos morais, em decorrência da divulgação de notícia verdadeira, toda a fundamentação do recurso especial assenta-se na inexistência dos requisitos ensejadores da responsabilidade objetiva da União.

2. Portanto, o que pretendeu, em verdade, a recorrente, foi discutir, não a questão processual de ausência de condição da ação, mas o tema de mérito relativo à ausência de dano e à culpa exclusiva de terceiro. Há evidente deficiência na fundamentação do recurso especial, que atrai a incidência da Súmula 284/STF.

3. Em relação ao mérito, o Tribunal de origem identificou os elementos que ensejam a responsabilidade objetiva da União embasado no exame das provas dos autos, bem como, valendo-se de fundamentos constitucionais, que não foram atacados pela recorrente com a interposição de recurso extraordinário. Tais circunstâncias atraem a incidência das Súmulas 7 e 126 do STJ.

4. Inviável rever os valores pagos a título de danos morais, que não se mostram desarrazoados, sob pena de violação, do Enunciado Sumular 7 desta Corte Superior. Apenas em situações em que o arbitramento dessas verbas se mostre ínfimo ou excessivo, seria possível a revisão dos valores por este Tribunal de Justiça, o que não aconteceu no caso concreto.

Recurso especial não conhecido (REsp 1124576 / RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, Julgamento em 07/06/2011, DJe 21/06/2011).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RI/STJ, conheço dos agravos para conhecer parcialmente dos recursos especiais e, nesta parte, negar-lhes provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator